

O PROBLEMA DO MÉTODO

Chama a atenção, em *Casa-Grande & Senzala*, a diminuta ocorrência de dados estatísticos. Reduzem-se eles quase somente aos seguintes passos: 1) às páginas 274 e 275, nota 134 ao capítulo III, a respeito do início da menstruação, especialmente em sua relação com o clima; 2) à página 297, com relação a pesquisas sobre capacidade mental de negros e brancos; 3) à página 427, referindo-se à produção de açúcar nos dois primeiros séculos da colonização (1).

Tal fato provoca alguma surpresa, numa época em que a quantificação vem sendo usada crescentemente nas ciências humanas. Esse movimento de "matematização" das ciências humanas, entre as quais incluem-se as ciências sociais, surgiu mais ou menos no final do século XIX, podendo-se dizer que tem as seguintes causas (é moda hoje abandonar esse termo, substituindo-o por "variável independente"): 1) o "complexo" de ciências humanas em relação às ciências exatas, isto é, as ciências humanas sentir-se-iam "diminuídas" na imprecisão e relatividade que as caracteriza, em contraposição à precisão peculiar às ciências exatas, das quais o protótipo é a Matemática, que enforma as outras; 2) tal precisão dá segurança às ciências exatas, segurança essa que as ciências humanas não teriam; 3) o que dá precisão às ciências exatas é o número; portanto, o número, sendo introduzido nas ciências humanas, daria grande precisão às ciências humanas, assim dignificadas e elevadas à condição de "ciência".

(*) Trabalho classificado em 2.º lugar no concurso promovido pelo IJNPS, em comemoração ao 40.º aniversário da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, do sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre e patrocinado pelo BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO — BANDEPE.

(1) As citações remetem à 16.ª ed. *Vide* bibliografia consultada.

Há vários erros à base dessa argumentação. Inicialmente, o de considerar-se ciência somente os ramos do conhecimento que apresentam rígida coerência interna. Na verdade, se é exigida de uma ciência a coerência interna, por isso que, para ser ciência, deve apresentar-se como conhecimento sistematizado, essa coerência deve também ser externa, ou seja, deve representar uma explicação conveniente dos fatos (Se bem nos lembramos, é a *adequatio intellectus rei*, de Tomás de Aquino). Depois, não se reconhecer que existem várias ciências e que cada uma delas se define por si mesma, com método próprio. Roberto Lyra Filho, pois, em prefácio a *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*, de Gilberto Freyre, afirma que "o objeto dita o método" (p. 16), negando Kant, segundo o qual "o método cria a ciência" (*ibidem*).

O problema é de perspectiva, pois o objeto da Filosofia, da Religião, da Ciência e da Arte é um só — o Objeto, poder-se-ia dizer. Enquanto a Filosofia e a Religião querem esse contato imediata e totalmente, a Arte e mais ainda a Ciência realizam esse contato mediata e parcialmente. Assim, enquanto a Filosofia e a Religião orientam-se diretamente para o Objeto, a Arte e a Ciência orientam-se para objetos particulares, partes do Objeto. Visto o objeto como Objeto total, ou como parte representativa do Objeto total, "o método cria a ciência", de acordo com Kant; visto como objeto parcial elevado a Objeto total (sem o ser, entretanto, apenas assim concebido para fins de estudo), tem razão Roberto Lyra Filho, e "o objeto dita o método". Ambas as concepções são corretas; como já se disse, é questão de perspectiva.

Com relação ao número, o que é preciso reconhecer é o fato de que uma das características das ciências exatas é os fenômenos se apresentarem com relações fixas; por isso que o número e a figura se prestam tão bem a representar essas relações, que absolutamente não possuem esse caráter de rigidez nas ciências humanas. Se toda ciência é, de início, indutiva, seguindo-se a elaboração de um modelo axiomático, depois, dedutiva, aplicando-se esse modelo ao objeto considerado, com posteriores adaptações e reformulações do modelo, deve-se ter em conta um fato que separa radicalmente esses tipos de ciência, além do caráter diferente das relações entre os fenômenos próprios a cada grupo: a base de referência é, nas ciências exatas, extremamente rígida, enquanto se mostra grandemente imprecisa nas ciências humanas. Essa dificuldade em estabelecer-se uma base de referência fixa para as ciências humanas, a exemplo dos axiomas matemáticos, em virtude da diferença entre os dois grupos de ciências, demonstra um dos vícios em que incorreram as ciências humanas: julgar que qualquer ciência, para assim ser considerada, deve limitar-se ao padrão científico que caracteriza as ciências exatas.

Ora, a Matemática (sempre tomada como protótipo das ciências exatas) nada mais é que lógica aplicada ao espaço (não só físico, mas principalmente métrico, isto é, mental). A lógica repugna a contradi-

ção; não assim à Sociologia, pois "Ao nosso ver a Sociologia é, por excelência, um estudo de contradições. No que ela estuda se contradizem a natureza e a cultura. Ela tem de ser anfíbia ou mista para alcançar a natureza e a cultura. A Sociologia que pretende ser só naturalista e a que se diz só culturalista são por certo mais lógicas do que a mista, [...] Mas essa superioridade lógica com sacrifício da vida que procuram estudar, a social, principalmente a do homem, que na sua totalidade é natureza e é cultura, é uniformidade e diversidade, é irracional e racional, é objetiva e subjetiva. Ou antes: é existência sempre em ação e não essência que dela possa ser retirada para estudo de todo lógico." (*Sociologia*, v. 1, t. 1, p. 66-67).

Aproximemo-nos agora do último reduto do padrão de cientificidade, o critério de verificabilidade, impropriamente estendido das ciências exatas às humanas. Segundo esse critério, só é científico aquilo que pode ser provado objetivamente. "Provado objetivamente" significa que deve ter sido experimentado ou medido, isto é, o fato tem que se repetir e ser observado tantas vezes quantas se faça necessário, nas mesmas condições em que ocorreu, ou tem que se mostrar mensurável. Ora, o processo social parece sofrer de certa mobilidade; não assim os fenômenos fisicomatemáticos (talvez essa afirmação nem seja correta: a aparente invariabilidade do modo de ocorrerem os fenômenos nas experimentações fisicomatemáticas vem de que as variações mínimas permitem generalizações com maior facilidade que nas ciências humanas). Além do mais, o critério de verificabilidade, dito critério objetivo, na verdade é subjetivo: postulado pelo sujeito, tem que ser aceito *a priori*, e portanto, subjetivamente. Tal critério parece-nos o mais pobre de todos os que se podem formular, tão limitativo que é da visão do objeto. As ciências exatas limitaram-se, e quem se limita não vê o que está fora dos limites que se põe.

Indo mais além, arriscamo-nos a dizer que o critério de verificabilidade é fruto da concepção de que o conhecimento é basicamente racional, quando nos parece que o aspecto racional é apenas auxiliar. Em outros termos, o conhecimento é pura intuição; como, porém, a intuição, para ser transmitida facilmente, necessita de meios materiais, surge o discurso. Este não é mais do que a ordenação racional da intuição, ordenação essa que constitui a forma mais prática de se conservar armazenado um dos mecanismos capazes de provocar a intuição e; portanto, o conhecimento. Naturalmente, quanto mais preparado tecnicamente o indivíduo, melhor poderá ele traduzir discursivamente a intuição que teve; reciprocamente, essa preparação técnica habilitá-lo-á para intuições mais profundas.

Voltemo-nos para um problema que implicitamente se nos depa-rou quando tratamos do método: o pluralismo, que fez Roberto Lyra Filho tomar o método como criação do objeto contrariamente à formulação de Kant. Isso porque Gilberto Freyre aparentemente usaria vá-

rios métodos, ao contrário daqueles que se restringem a um método, digamos, puramente sociológico. Expliquemos melhor com suas palavras: "Daí o método — ou a pluralidade de métodos ou de técnicas — de indagação e estudo, adotado pelo autor neste ensaio, como no que o precedeu. Sob o critério psico-sociológico, e, ao mesmo tempo, histórico-social, de estudo, várias técnicas, e não uma só, de tentativa de revelação, compreensão e interpretação do assunto foram utilizadas: a ecológica, a sociológica, a psicológica, a antropológica, a folclórica." (*Sobrados e Mucambos*, t. 1, p. XLII).

Não nos parece, entretanto, que o autor faça Ecologia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Folclore. Na verdade, usa técnicas de várias ciências, mas não o método ou critério que enforma cada uma delas. Assim, em *Casa-Grande & Senzala* (como em outras obras), Gilberto Freyre usa a História, a Psicologia, a Ecologia, mas não faz História, nem Psicologia, nem Ecologia; auxilia-se dessas perspectivas para atingir formas, processos e funções, o que resulta em critério essencialmente sociológico. O que não significa diminuir a Sociologia, pois ela ocupa-se justamente desse todo que é o processo social. Nem também que não é lícito utilizar-se a estatística nas ciências humanas, em geral, e na Sociologia, em particular, desde que se saiba ser a medida, aqui, de natureza diferente da que possui nas ciências exatas. Sem que se deixe de notar, igualmente, a riqueza (e maior apreensão do fato social) que dão à obra tais aspectos históricos, psicológicos, ecológicos.

Se Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, quase não se serve da quantificação, é porque de fato tem consciência de estar a relação numérica, em Sociologia, dependente de relações não rígidas e submetidas à medida. É que sua Sociologia é *compreensiva* e não *descritiva*. Recusando-se ao descritivismo, que o levaria a relações rígidas, mas não a processos sociais, define-se pelo *compreensivismo*, que, em virtude desse fato mesmo, abre-lhe um campo imenso: o da pluralidade de métodos. Pois, para compreender o social, é preciso aceitar tudo o que é social inclusive o descritivo e o quantitativo, em seus devidos lugares: "O que nos interessa é o máximo de revelação do assunto: assunto, na sua generalidade, independente de tempo e de espaço, e, nas suas peculiaridades, limitado no tempo e no espaço. Daí não nos repugnar, quando necessário, o próprio impressionismo: aquele que, em Literatura, mesmo histórica, é, como o empregado na Pintura, tentativa de surpreender a vida em movimento e, por conseguinte, diversa segundo o critério interpretativo com que for surpreendida." (*Sobrados e Mucambos*, t. 1, p. XLIII). "Diversa segundo o critério interpretativo com que for surpreendida" — Gilberto Freyre inclina-se para Kant.

O autor fornece-nos material para mais discussão. Diz ele: "assunto, na sua generalidade, independente de tempo e de espaço, e, nas suas peculiaridades, limitado no tempo e no espaço". Aparentemente contraditório, na verdade é expressão do que chama, inovadoramente,

situacionismo. Se, de fato, o que o interessa são as formas, os processos e as funções — “assunto, na sua generalidade, independente de tempo e de espaço” —, para atingir essa generalidade é necessário examinar o assunto em suas peculiaridades, limitando no tempo e no espaço”. Eis porque baseou o estudo da “Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal” e os seguintes da “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil” principalmente (mas não somente) em documentos das épocas analisadas, ao contrário de muitos cientistas que, temerosos de pegar resfriado em manuscritos empoeirados, limitam-se a trabalhar sobre obras de sua própria época. Sabe-dor de que o conhecimento exige distância do objeto, consulta igualmente obras de estrangeiros que visitaram o Brasil nos primeiros quatro séculos da vida nacional, sem, no entanto, deixar de exercitar seu senso crítico no julgamento das observações que fizeram.

Essa preocupação de estudar o homem situado no tempo e no espaço é que o faz deter-se em detalhes até então alijados da consideração dos sociólogos: a casa, o vestuário, a alimentação, a vida sexual, os brinquedos, a vida social da família em seus aspectos menores. O situacionismo é que o leva a não desprezar os anúncios, as anedotas, as fotografias, tão representativos de uma época e antes dele condenados ou esquecidos pelos sociólogos, possuídos que estavam do afã de generalizar processos sociais para qualquer grupo independentemente de sua situação no tempo e no espaço, julgando que processos sociais de sociedades européias fossem aplicáveis indistintamente a qualquer sociedade.

Pode-se considerar o situacionismo parte de um movimento geral do fim do século passado e início do presente, como foram os vários “ismos” dessa época. Se esses “ismos” se caracterizaram pela des-centralização, que na Filosofia foi o existencialismo, na Música a fuga aos instrumentos temperados, na Literatura a revolta à gramática e ao racional, na Pintura a condenação quase do pincel, daí resultando a colagem, os trabalhos em materiais vários, e, na Arte como um todo, a valorização do *existencial* — daí a elevação artística do popular, do não-europeu, do intuitivo (o fluxo de consciência e o memorialismo puramente intuitivo na Literatura, por exemplo) —, no caso da Sociologia (e de Gilberto Freyre, que o iniciou) podemos considerar também outro fator.

A Sociologia, como outras ciências humanas, não sofreu influência somente da Biologia, de que são exemplos o organicismo e, em parte, o evolucionismo social. Na verdade, as ciências humanas receberam, no século passado, a influência principalmente das filosofias essencialistas. O evolucionismo biológico não é mais do que a “essência” do ser biológico; o marxismo, a “essência” do homem enquanto ser fundamentalmente econômico, movimento que é na verdade uma mistura de determinismo econômico e evolucionismo social; na Sociologia, tal in-

fluência manifestou-se na procura da "essência" do homem enquanto ser social.

Dá a Sociologia ter-se voltado exclusivamente para a sistematização e procurado generalizar processos que não podiam ainda ser generalizados. Percebendo que tal iniciativa era prematura, decidiu Gilberto Freyre voltar-se para o homem situado no tempo e no espaço e analisar as formas e processos dessa situação. Funcionalista, sua Sociologia é ao mesmo tempo historicossocial, posição mais difícil que a da Sociologia geral, porque evita generalizações apressadas (sem, contudo, deixar de fazer generalizações) e não despreza a multiplicidade de influências que cercam o homem situado, constituindo-se, igualmente, em base para uma futura Sociologia geral.

O PORTUGUÊS

De todos os povos que, nos tempos modernos, desenvolveram obra de colonização, os portugueses foram, incontestavelmente, os que mais se misturaram às populações colonizadas, a ponto de se poder afirmar que houve integração e não somente colonização. Essa diferença de colonização é analisada em profundidade em *Casa-Grande & Senzala*, no estilo característico à Sociologia de Gilberto Freyre: unindo o elemento biológico ao sociocultural e histórico, mostra a função de tais elementos não só na formação do homem português mas também na predisposição para torná-lo o colonizador *sui generis* que demonstrou ser.

Para fazer o estudo do homem nada melhor do que situá-lo. Analisando-se a posição do homem português no espaço, aparece-nos ele em uma região dupla, pois "Nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado 'clima português' de Martone, único na Europa, é um clima aproximado do africano." (*Casa-Grande & Senzala*, p. 10). Se, espacialmente, o português é um indeciso entre a África e a Europa, étnica e culturalmente não é menor essa incerteza, resultado de cruzamentos diversos com judeus, árabes e negros, esses últimos introduzidos em Portugal na época da colonização. Tal constituição, em seu aspecto biológico, seria responsável pela maior resistência do português às doenças dos trópicos.

Para essa aclimatabilidade, vista agora do aspecto cultural, teriam igualmente contribuído a ausência da "consciência de raça" do português e o fato de o contato anterior com os mouros, tecnicamente superiores, ter valorizado a união de portugueses com mulheres de cor, sendo exemplo dessa valorização o misticismo erótico em torno da moura, de preferência encantada. Diríamos mesmo que o gosto pelas navegações poderia indicar uma certa disposição para conhecer

outros povos, sem que se desconheçam outros fatores, como, por exemplo, o fortalecimento da burguesia pelos reis desejosos de quebrar a força dos senhores feudais e o desvio da agricultura para o mercantilismo pela atuação dos judeus.

Entretanto, se é verdade que Gilberto Freyre admite a melhor aclimatabilidade do português aos trópicos, em relação ao inglês e ao francês, não a toma como definitiva do ponto de vista étnico, pois "O fato da área amazônica no Brasil permanecer ainda quase sem colonização parece indicar que o português [...] não tem o dom de, por disposições puramente étnicas, 'anular a seu favor as mais inclementes influências climáticas'." (op. cit., p. 57). Mais importantes que fatores ligados ao aspecto biológico são as "disposições confraternizantes que o português, no Brasil, em relação com emigrantes de outras origens e com suas respectivas culturas" (op. cit., p. 72), demonstrou possuir.

Com esse passado étnicocultural, caracterizou-se o português por extrema miscibilidade no Brasil, acentuada, sem dúvida, pela ausência de mulheres e visão da "indiada nua", nos primeiros tempos da colonização, mas também pelo estímulo à poligamia herdado dos mouros — se é que não por disposição de caráter mais puramente biológico, animal, que, contida por séculos de cultura, se teria manifestado em condições novas e propícias —, o que explicaria o fato de, tendo muitas vezes mulher legítima, manter o senhor de engenho relações sexuais com as escravas. Convertidas as índias e africanas à religião católica, coisa que os portugueses se apressavam a fazer, pois o único sinal de diferença que reconheciam entre eles e os outros povos era o de fé, nenhum empecilho existia à mistura de raças e à poligamia, da qual nem mesmo os padres escaparam, ainda mais quando a posição dos portugueses era a de dominadores. Liberdade que deve ter agradado enormemente aos degradados por crimes sexuais terríveis como "abraçar e beijar" (op. cit., p. 21).

Esse desregramento sexual, não o menciona Gilberto Freyre para escandalizar mocinhas pudicas (parece que, com alguns termos, escandalizou doutores acadêmicos), mas, ao contrário, para ressaltar a importante função que teve na colonização e no povoamento do Brasil por reduzido número de homens de "um país em crime de gente" (op. cit., p. 245). Com a miscigenação sexual veio a integração social e cultural, que fez o português ser "o primeiro, dentre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura 'extração de riqueza mineral, vegetal ou animal' para a de 'criação local de riqueza'" (op. cit., p. 67).

É verdade que para a colonização do Brasil muito contribuíram os jesuítas, responsáveis em parte pela diferença de colonização realizada por Portugal na África, a qual se caracterizou mais pela extração

de riqueza, à maneira dos colonizadores ingleses, do que pela integração com os nativos e fixação na terra. E se a fixação dos ingleses se deu na América do Norte foi em parte porque o clima e o solo não apresentavam grande diferença em relação à Europa. No Brasil, porém, não foi a natureza tão adversa à ocupação e fixação do europeu. A tendência dispersiva do colonizador e o serviço dos missionários foi bastante facilitado pelo relevo — praticamente uma grande planície — e pela hidrografia: os grandes rios quase sempre permitiram a navegação, embora aqui e acolá se tivesse que vencer corredeiras e quedas d'água. Tendência dispersiva contrabalançada, por outro lado, pelos pequenos rios, favorecedores das atividades mais sedentárias.

O ÍNDIO

Sempre que duas culturas entram em contato mais íntimo, que implique na ocupação do mesmo espaço físicossocial, ocorrem dois processos bem conhecidos e inseparáveis: aculturação e deculturação. A cultura de traços e complexos mais fracos (fracos no sentido de menos resistentes à sobrevivência desses mesmos traços e complexos na nova cultura que se forma, e não no sentido valorativo de progresso e desenvolvimento técnico) sofre o processo de desculturação, enquanto a cultura mais forte caracteriza-se pela aculturação de elementos daquela. Naturalmente, esse ponto de vista é unilateral, porque julga a formação da nova cultura segundo a óptica da cultura "superior": esta manteria seus elementos, enriquecendo-se com a aceitação dos traços e complexos adquiridos da cultura "inferior". Isso quando a cultura inferior não é forte o bastante para ameaçar a cultura superior, como os incas e astecas, em relação aos espanhóis — conflito de culturas agravado pelo fato de não serem estes de índole contemporizadora semelhante à dos portugueses.

Ora, na interação que se produz dá-se uma mistura tal desses elementos que o resultado é uma nova cultura, em muitos aspectos — senão em todos — diferente das anteriores. Assim, a rede é um traço de cultura que, em certas áreas do Brasil, suplantou a cama européia, enquanto em outras se manteve ao lado dela, com especialização de funções, existindo áreas em que sua penetração não ocorreu. Em nenhum dos dois primeiros casos pode a rede ser considerada traço de culturas indígenas ou a cama traço de cultura européia — a não ser, do ponto de vista histórico, como reminiscência de cultura —, mas como traço de cultura brasileira. Portanto, se Gilberto Freyre rastrea historicamente as culturas que deram origem à atual cultura brasileira, ele o faz como preparação à análise funcional da sociedade brasileira de hoje, entendido esse "hoje" como o que ele mesmo denomina "tempo trípico" — tempo presente em que se coloca o homem brasileiro incorporando a esse tempo as realizações do passado e as aspirações do futuro.

No embate que se processou entre o índio e o português no Brasil avulta a grande inferioridade cultural do primeiro, especialmente

em um de seus aspectos de resistência material: a técnica. Daí ter ficado o índio à mercê do português ou, quando muito, numa posição de defensiva (mesmo a atitude de contemporização dos portugueses no episódio da Confederação dos Tamoios explica-se mais pelas "disposições confraternizantes" daqueles que por representarem estes perigo real para o estabelecimento dos portugueses no Novo Mundo — na verdade, os jesuítas, com sua participação, defenderam mais os índios que os portugueses): "A reação do domínio europeu, na área de cultura ameríndia invadida pelos portugueses, foi quase a de pura sensibilidade ou contratilidade vegetal, o índio retraindo-se ou amarfanhando-se ao contato civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social. Mesmo quando acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase que mero auxiliar da floresta. Não houve da parte dele capacidade técnica ou política de reação que excitasse no branco a política do extermínio seguida pelos espanhóis no México e no Peru." (op. cit., p. 90).

Se julgamos verdadeira a afirmação de Ruediger Bilden de que o Brasil seria uma "região onde o elemento europeu nunca se encontrou em 'situação de absoluto e indisputado domínio'" (op. cit., p. 91), não nos parece ter ele razão quando diz que "'Por mais rígido [...] que fosse o seu domínio econômico e político sobre os outros elementos étnicos, social e culturalmente os portugueses foram forçados pelo meio geográfico e pelas exigências da política colonizadora a competirem com aqueles numa base aproximadamente igual.'" (*idem, ibidem*). De fato, os portugueses foram obrigados pelo meio geográfico a restringir-se, por algum tempo, ao mero "arranhar da costa"; entretanto, nesse espaço fisicosocial não competiram com os índios em base aproximadamente igual — ao contrário, os índios aí sempre lhes estiveram submetidos. Aí tanto degradaram a cultura indígena o colonizador português, ao apossar-se das mulheres como fêmeas e dos homens, inicialmente, como escravos na agricultura, posteriormente, em vista de sua inadaptação para esse tipo de trabalho, como desbravadores do sertão, quanto o jesuíta, ao substituir os elementos da vida espiritual dos indígenas por elementos católicos e, pior ainda, ao fazer deles meninos grandes criados em escolas-prisões. A política portuguesa de colonização era, sem dúvida, de transigência com relação ao índio e ao negro, mas transigência enquanto eles se colocassem em sua posição de subalternos e de escravos. Mais pertinente afigura-se-nos o caráter "vegetal" da atuação indígena, de que é exemplo ilustrativo, *mutatis mutandis*, a situação do índio da Amazônia moderna, em vista da crescente ocupação dessa área pela "civilização": ele continua, como o vegetal, esperando.

O AFRICANO

Se não nos enganamos, através da leitura de *Casa-Grande & Senzala* percebe-se que Gilberto Freyre dá maior atenção ao negro africano

que ao índio e mesmo ao português. Isso porque, convicto do erro científico (e também moral) dos teóricos que imputavam à mistura racial, senão ao negro, as causas de uma suposta inferioridade de cultura brasileira em relação à cultura dos anglo-saxões dos Estados Unidos (deslumbrados mais pelo desenvolvimento técnico do que pelos valores espirituais), resolveu tentar a reabilitação, em bases científicas, do negro e do mestiço. E não só tentou, mas conseguiu, pois, como ele mesmo observa, Oliveira Viana, defensor intransigente do arianismo, desistiu de publicar seu anunciado livro *Os Arianos no Brasil*, tal fato só podendo ser explicado pela leitura que teve de *Casa-Grande & Senzala*, embora a isso nunca tivesse feito menção. Nesse erro arianista parece-nos que também Jacques Lambert incorreu, quando, em *Os Dois Brasis*, fala da crescente "branquificação" que estaria ocorrendo no Brasil. Coisa com que hoje ninguém se preocupa seriamente, ainda mais depois da derrota dos "arianos" nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Essa diferença de tratamento nota-se principalmente em questões de antropologia física e cultural. Assim, através do estudo de anúncios de jornais chega a uma caracterização dos tipos físicos dos negros africanos que vieram como escravos para o Brasil e das preferências que os senhores tinham por esses tipos, de acordo com o trabalho para o qual eram designados. Baseado nessa diferenciação estabeleceu a hipótese de que entre os escravos fugidos predominam os longilíneos. Dentro dessa perspectiva seguiu igualmente outros trabalhos a respeito de caracteres físicos não só do homem em geral, mas também do negro brasileiro em particular. Detém-se nos cruzamentos que raças negras tiveram ainda na África, em caracteres físicos como cor, prognatismo, esteatopigia. Trata dos efeitos biológicos da vida que os escravos negros foram obrigados a levar no Brasil, como o arqueamento das pernas das crianças, e das deformações físicas adquiridas no regime de escravidão.

Apesar disso, não sendo sua orientação biologista, tais questões afiguram-se-lhe secundárias: "interessam-nos menos as diferenças de antropologia física (que ao nosso ver não explicam inferioridades ou superioridades humanas, quando transpostas dos termos de hereditabilidade de família para os de raça) que as de antropologia cultural e de história social africana. Estas é que nos parecem indicar ter sido o Brasil beneficiado com um elemento melhor de colonização africana que outros países da América. Que os Estados Unidos, por exemplo." (op. cit., p. 304). E isso porque os negros africanos eram bons técnicos na agricultura, na criação de gado (de que são exemplo os Masai), na arte culinária, no trabalho de metais, e muitos estavam inclusive alfabetizados, como é o caso da maioria dos integrantes do grupo malê que promoveu uma revolta na Bahia em 1835. Justifica-se, desta forma, sua conclusão de que eram "negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos — portugueses e filhos de portugueses quase sem

instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte." (op. cit., p. 299).

Mas os caracteres biológicos, ainda que secundários, são importantes. A maior energia do negro em áreas quentes daria aos escravos africanos maior capacidade de adaptação ao clima brasileiro do que os próprios índios, que seriam infensos ao calor — fato que parece sugerir o excessivo número de banhos que os indígenas tomavam, a ponto de terem as roupas com que os padres vestiram as índias representado um problema, banhos esses, aliás, que eram menos de higiene que de resfriamento corporal. A maior capacidade de transpiração do negro seria responsável por realizar ele a homeostase melhor que índios e portugueses. Outra diferença poderia ser mencionada: a de que o negro seria extrovertido, enquanto o índio se caracterizaria pela introversão.

Tais fatos, ainda que aceitos em sua totalidade, não são tão decisivos quanto a já mencionada superioridade de cultura que possuía o africano em relação ao índio e mesmo em relação ao português. Negando a superioridade do índio, que se teria altivamente recusado ao trabalho escravo, idéia para que muito concorreu o Romantismo, mostra Gilberto Freyre que "O índio, precisamente pela sua inferioridade de condições de cultura — a nômade, apenas tocada pelas primeiras e vagas tendências para a estabilização agrícola — é que falhou no trabalho sedentário. O africano executou-o com decidida vantagem sobre o índio principalmente por vir de condições de cultura superiores. Cultura já francamente agrícola. Não foi questão de altivez nem de passividade moral." (op. cit., p. 243).

Quanto ao problema de ter sido o escravo negro, no Brasil, em termos gerais, mais bem tratado do que o trabalhador europeu — e não só no que se refere à alimentação —, deve-se reconhecer que, quando menos, assiste razão a Gilberto Freyre para fazer tal interpretação, em vista dos documentos que cita. Sociológica e historicamente, portanto, ela é correta. O que não implica, entretanto, em negação de que os escravos não tivessem sido torturados, coisa que ele mesmo reconhece. O que se deve ter em conta é o fato de, na sociedade escravocrata e patriarcal que se declinou no Brasil, terem os escravos tratamento quase igual ao que tiveram os próprios filhos e a mulher do senhor, o qual não hesitava em castigar violentamente a estes, chegando, algumas vezes, a matá-los.

O BRASILEIRO

Uma das características marcantes da formação histórica do Brasil, em relação à dos países colonizados pelos anglo-saxões e pelos espanhóis, é sua unidade política e, até certo ponto, cultural. Até hoje a legislação norte-americana em assuntos de certa generalidade apre-

senta-se discordante de Estado para Estado: é o que acontece com a pena de morte e o divórcio, por exemplo. Nos países de colonização espanhola a descentralização política chegou ao ponto de formar vários Estados autônomos. Sem dúvida, a mobilidade permitida aos bandeirantes pela ausência de acidentes naturais capazes de prejudicar sua expansão constituiu-se em um dos fatores da unidade nacional, além de permitir aos portugueses livre curso a sua tendência meio semita de dispersão. Essa rápida possibilidade de comunicação é que reúne os colonizadores na guerra contra os invasores da colônia portuguesa e que dá aos jesuítas relativa facilidade de transporte, a ponto de ter sido o Padre Leonardo Nunes chamado "padre que voa".

A "língua geral", à qual está associado o nome dos jesuítas, contribuiu, nos primeiros tempos, para fortalecer a dominação portuguesa, ao mesmo tempo que assegurou a unidade da cultura que se formava. E essa "língua geral" certamente deixou traços na língua portuguesa do Brasil, sem, entretanto, abalar o sistema lingüístico. Afirmam os estudiosos que esses traços se manifestariam principalmente no acréscimo vocabular; é o caso de se perguntar, porém, se a manutenção da vogal como base fônica da sílaba no português do Brasil, ao contrário do que acontece no português do Portugal moderno, que é predominantemente consonantal, não teria explicação na acentuada característica vocálica que possuem as línguas de sociedades ditas "primitivas", hoje denominados "iletradas". situação em que se encontravam os indígenas brasileiros e boa parte dos negros africanos que vieram para o Brasil como escravos.

Jesuítas e portugueses, que tiveram desavenças a respeito da legitimidade da escravização dos indígenas (questões essas que, na Europa, mais relacionadas com a inferioridade do indígena e da terra tropical, provocaram grande polêmica, especialmente em torno do hoje obscuro Corneille de Pruw), estavam de acordo em um ponto, fundamental do aspecto da unidade: a religião. A época da colonização Portugal não só apresenta-se unido jurídica e politicamente, mas também caracteriza-se pela união do Estado à Igreja. Por isso que o passaporte para o Brasil-Colônia era não a nacionalidade, mas a fé. Pois "O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer Creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz — e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial." (op. cit., p. 29).

Aí está igualmente um dos fatores para a pouca significação da diferença racial no Brasil, onde o mulato ou o negro ricos são "socialmente brancos"; tanto mais que a Igreja, universalizante na doutrina, favorecia, de modo geral, a integração racial. Mas a religião católica no Brasil não é mais a religião à moda européia: uma é a religião dos teólogos, e outra a do povo. No Brasil a religião tornou-se menos sagrada e mais social, resultado talvez da ausência das gran-

des catedrais, sendo as capelas meros apêndices das casas-grandes — por isso o apego às figuras sagradas em intimidades quase de parente e o namoro das moças nos templos enquanto tomavam sorvete.

A monocultura, ao lado da escravidão, apresenta-se como uma das grandes forças na formação da família brasileira. Responsável pelo desenvolvimento econômico do Brasil, a ela devem ser imputados grandes defeitos em nosso sistema de alimentação, não só de orientação da dieta, mas também, e principalmente, no que se refere ao abastecimento interno. Aparentemente diversificada, a agricultura do Brasil de hoje mantém o sistema colonial de maneira disfarçada: as grandes culturas, das quais a soja é a mais recente expressão. A deficiência no abastecimento interno, que às vezes obriga o País a importar produtos de primeira necessidade, poderia já ter sido evitada, se os homens públicos brasileiros se tivessem detido com mais cuidado na leitura de *Casa-Grande & Senzala*. Os nomes dos produtos mudaram, mas os fatos continuam os mesmos (ou, como Gilberto Freyre talvez preferisse dizer, em termos de Antropologia Cultural e de Sociologia, mudou a substância, mas a forma permanece): “Na zona agrícola tamanho foi sempre o descuido por outra lavoura, exceto a da cana-de-açúcar ou a do tabaco, que a Bahia, com todo o seu fasto, chegou no século XVIII a sofrer de ‘extraordinária falta de farinhas’, pelo que de 1788 em diante mandaram os governadores da capitania incluir nas datas de terra a cláusula de que ficava o proprietário obrigado a plantar ‘mil covas de mandioca por cada escravo que possuísse empregado na cultura da terra.’” (op. cit., p. 37).

Exigindo grandes áreas para desenvolver-se, a monocultura, sempre ajudada pela escravidão, prejudicou o nascimento de uma classe média agrícola e industrial e a distribuição da riqueza — esta concentrada em poucas mãos —, destruindo também o equilíbrio ecológico da natureza, de que é exemplo a poluição dos rios pelas caldas de açúcar. Ainda aqui a leitura de *Casa-Grande & Senzala* teria impedido o surgimento de problemas com que se defronta o Brasil de hoje pela violação às leis da natureza: o desmatamento excessivo de certas áreas, a conseqüente erosão e esgotamento dos solos, a poluição industrial.

A escravidão, por sua vez, foi responsável por um dos grandes problemas da sociedade brasileira: o desamor ao trabalho manual. Se tal aversão ao trabalho manual já se encontrava em Portugal antes mesmo da colonização, para o que muito contribuíram os judeus — e, no Brasil, também os jesuítas —, de que é representativo o verbo *mourejar* como sinônimo de *trabalhar duramente*, isso não significa que fossem os portugueses incapazes e totalmente contrários ao trabalho agrícola: prova-o o fato de terem iniciado a cultura de tabaco na América do Norte em condições adversas. Inclinado por esses fatores à escravidão, e a ela acostumado no Brasil durante cerca de três séculos e meio, o português legou ao brasileiro esse preconceito, presente em nos-

tos dias, de que o trabalho manual é inferior. Causa igualmente do bacharelismo, também valorizado pelos sefardins e pelos jesuítas, praga de que ainda hoje se ressentem o Brasil.

A mulher brasileira, que não gosta do trabalho caseiro, pois esse era feito principalmente pelas mucamas, achou na empregada doméstica a substituta das escravas, a qual só agora teve situação definida pela legislação do País. O homem, mantendo sua posição de macho, só recentemente invadiu a área da cozinha — “lugar de homem não é na cozinha” —, e alguns afoitos já dividem o trabalho de casa com a mulher. Esta, por sinal, só em torno de 1930 teve seus direitos políticos reconhecidos; mesmo assim, se casada, ficava na dependência legal do marido, isto é, praticamente equiparada aos filhos, sendo o estatuto da mulher casada criação recente. Reminiscência da escravidão, sistema em que o homem era senhor indiscutível.

Sem vigorosa tradição de liberdade política, dividido o Brasil, como foi, na época colonial, em feudos submetidos ao Governador Geral, depois ao Rei e, em seguida, ao Imperador, não teve o homem brasileiro aquela liberdade centrada no indivíduo, que tanto caracterizou e caracteriza o homem dos Estados Unidos em contraposição ao russo, como tão bem os analisa Alexis de Tocqueville. Eis porque o sistema federativo nunca foi real no Brasil, e sim imposto por militares e liberais desconhecedores da realidade do País: “A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a foços de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar ‘povo brasileiro’ ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático.” (op. cit., p. 51).

Por causa de sua formação cultural é que os russos não conseguiram libertar-se do governo autocrático: passaram do czarismo ao comunismo. E não foi coisa diferente o que ocorreu no Brasil, justamente denominado, aliás, por Gilberto Freyre, de Rússia americana ou China tropical. A República, forma de governo prematura para o Brasil da época e dissociada de sua formação política, não se sustentou nem se podia sustentar, a não ser que mantivesse, como pareceu fazê-lo no início, a mesma forma com substância diferente. Os abusos de descentralização federalista de quem não cobia o que era federalismo produziram a volta a um governo mais de acordo com a tradição brasileira, ligeiramente muçagá, aliás, em direção de maior liberdade política, pela pessoa de D. Pedro II. Nas palavras de Gilberto Freyre, “a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo de mando, disfarçado em ‘princípio de Autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’. Entre essas duas místicas — a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia — é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos.” (op. cit., p. 52). Palavras que parecem ter sido escritas hoje: depois de um interregno liberal, onde a República se perdeu desejando adiantar a socia-

lização do País à maneira da Rússia — queimando etapas —, aflorou a nova linha autocrática, que, sintomaticamente, mudou o lema "Ordem e Progresso" para "Segurança e Desenvolvimento".

O ESTILO

Em primeiro lugar, deixamos claro que não nos parece dever ser a produção científica, filosófica e religiosa excluída de apreciação estilística, como querem alguns puristas, sob a alegação de que não se trata de Literatura. Esse ponto de vista, transferido para a Pintura, resultaria em não se considerar existir forma artística nos quadros de Fra Angélico, por exemplo; ou em grande parte da música de Bach. Naturalmente, existe ou parece existir um estilo caracteristicamente literário — há mesmo autores que só admitem estilo como propriedade de uma determinada língua, em relação às outras, mas não de sua literatura —, do qual se distanciariam o religioso, o filosófico e o científico. O estilo literário seria o menos preciso, e o científico o que tivesse maior precisão.

Se examinarmos, porém, a Sociologia em confronto com a Matemática, veremos como essa classificação é falha: a primeira parece-nos extremamente imprecisa, enquanto a segunda afigura-se-nos bastante exata na expressão. Donde se vê que o problema não é apenas de forma, mas também de conteúdo, isto é, de diferença entre ciências, relação essa analisada em páginas precedentes em seus caracteres gerais. Assim, para um sociólogo, *classe* é coisa bastante diferente do que significa para outro — e existem sociólogos que negam a existência de classes (os nominalistas, por exemplo); para um matemático, entretanto, uma incógnita significa a mesma coisa que para qualquer outro, em qualquer língua, especialmente se expressa em forma simbólica do tipo x , y etc.

Portanto, além de se dever considerar o estilo da língua em que se escreve, é necessário que se observe o estilo do ramo de conhecimento e, mais importante ainda, o estilo do autor. Estilo que não é definido somente por aquelas características menores, de que são exemplos os tropos. Não; o estilo é tudo. É a estrutura da obra, a temática, a caracterização de personagens no tempo e espaço literários, a simbologia, o ponto de vista, o arranjo fônico, léxico, semântico e morfossintático como um todo.

Não sendo *Casa-Grande & Senzala*, como não é, obra tipicamente literária, *stricto sensu*; sua estrutura não goza da liberdade característica à obra de ficção: poder ser linear e não-linear. O desenvolvimento narrativo — pois que existe narração na obra literária, *lato sensu*, e o próprio Gilberto Freyre reconhece isso, em passagem que infelizmente não pudemos localizar — na obra científica é preponderantemente linear. Dizemos preponderantemente linear porque Gilberto Frey-

re, em não poucas ocasiões, rompe esse esquema ensaístico tradicional, vinculado ao tempo rigidamente cronológico. Daí as repetições tão frequentes em *Casa-Grande & Senzala*, que dão a impressão de algo assistemático e que mostram, na verdade, afinidade de assunto com assunto, isto é, sistematização de conteúdo e não de forma discursiva. E quem diz sistematização de conteúdo diz tempo psicológico (característico da Literatura, *stricto sensu*), ou, como diria Gilberto Freyre, tempo social.

Quanto ao ponto de vista, não tem o ensaio a liberdade da obra literária *stricto sensu*: o desenvolvimento narrativo faz-se em terceira pessoa. Mesmo aqui, entretanto, descobre-se a presença do autor, que lembra um pouco as intervenções do narrador em Machado de Assis, na literatura brasileira, a de Sterne, na inglesa, tradição que remonta ao grande renovador espanhol Miguel de Cervantes. Com Gilberto Freyre, portanto, adquire o ensaio essa intimidade de conversa ou de coisa contada, tão própria à literatura *stricto sensu*, ao contrário da obra científica em geral, caracterizada pela *secura* e impessoalidade.

Se nos é permitido exagerar, diremos que *Casa-Grande & Senzala* só num aspecto perdeu o traço que permitiria classificá-la como obra literária *stricto sensu*: as personagens. Porque mesmo o espaço, sendo físico, é também social, correspondendo, de certa forma, ao espaço literário: espaço fictício, ainda quando se apresente com todos os caracteres de *fisicidade*. Pois mesmo a simbologia é tipicamente literária, *stricto sensu*, simbologia de que é exemplo o próprio título, mais de obra de ficção do que propriamente de ensaio sociológico, como os tão inexpressivos *Relações Raciais no País Tal*, *Estratificação de Classes*, *Mobilidade Social*, *Formação Econômica do País Tal* etc. E se o & tem conotação de empresa comercial, dá igualmente a impressão de ironia meio voltaireana, como a que se faz modernamente, denominando-se o Ocidente de "Civilização Ocidental & Cristã".

Um aspecto bem marcado da *prosa* científica de Gilberto Freyre é o emprego do disfemismo, que indica não só ausência de pedantismo acadêmico, mas também uma certa contemporização — um certo amolecimento, para usar expressão sua — tropical na língua, um pouco mais quente, um pouco mais íntima; mais literária, portanto, e menos "científica". Coisa que não se verifica no campo da morfossintaxe, pois não chega o autor a ir aos limites das possibilidades do sistema lingüístico, como é o caso de Guimarães Rosa, embora tenha seus modismos sintáticos. Modismos como o do emprego e colocação do adjetivo, que foge ao estilo ensaístico tradicional, ainda que não se possa caracterizar como prosa essencialmente literária. Nem no da semântica, porque conserva uma das características básicas do estilo científico, em contraposição ao estilo literário: na utilização do léxico, guarda a univocidade das palavras, e o significado é o puramente denotativo, não o conotativo.

Gilberto Freyre afirma-se escritor literário com treino sistemático em Sociologia e Antropologia. Será escritor no que se refere ao estilo, de certa forma espanhol, tão contrário ao purismo francês. Estilo que se caracteriza por essa tendência globalizante, um pouco do Walt Whitman das "omnivoros lines", do Balzac de visão sociologizante, do Picasso (e de alguns outros cubistas) no acúmulo de planos, de Proust na tentativa de reconstrução do passado (tentativa que já realizara Machado de Assis com *Dom Casmurro*, no plano mais ficcional, talvez, do que Proust, e de modo racional, enquanto este mais "realista" e de forma mais intuitiva). Todavia, assim como Balzac não é sociólogo, embora sua obra tenha percepção sociológica, não é Gilberto Freyre escritor literário, embora *Casa-Grande & Senzala* possua indiscutivelmente sabor literário. Pois não é só a forma que caracteriza os diversos ramos do conhecimento, mas também o conteúdo (concepções essas, forma e conteúdo, que, sendo inseparáveis ontologicamente, podem sê-lo metodologicamente).

Vê-se, portanto, a identidade de Gilberto Freyre com Proust (até no uso de períodos longos), Picasso, Balzac e Whitman (estes últimos dissociados no tempo físico, mas próximos no tempo psicossocial) nessa cosmovisão abrangente, à moda de "espírito do tempo". Da mesma forma que em certas telas cubistas aparecem vários planos superpostos, na tentativa de apreender a perspectiva total, *perspectiva* entendida aqui em termos de Pintura, em *Casa-Grande & Senzala* emprega o autor métodos de várias ciências, deste modo negando a separação rígida entre elas, à procura da reconstrução do todo social. Balzac e Proust são essencialmente literatos porque o critério que enforma sua visão básica é literária; e assim os outros. Por isso, Gilberto Freyre é antes sociólogo e antropólogo, sem deixar de ser escritor. E mais do que literário, artístico, na procura de reconstrução da "história íntima", quer dizer, estético — e a estética não está ausente nem mesmo da Matemática. Escritor que também terá sua *madeleine*: um álbum de fotografias, a visão de uma casa-grande, uma mecha de cabelos, o próprio Recife como ponto de partida para o Brasil.

CASA-GRANDE & SENZALA E A "SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL"

Pode-se dizer que *Casa-Grande & Senzala* é a base sobre que se assenta a obra de Gilberto Freyre. É verdade que já o embrião se encontrava em *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*, livro de defesa de tese publicado em 1922, pois "Analisando a estrutura econômica da sociedade brasileira nos meados do século passado, encontramos, de um lado, uma classe de proprietários de terra e de escravocratas; de outro, a massa de escravos." (*Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*, p. 80). Já aí se configura o ponto de partida de *Casa-Grande & Senzala*: a estrutura familiar (o patriarcalismo), a organização do trabalho (a escravidão) e a técnica de produ-

ção (a monocultura). Funcionalismo de tal modo intrincado que não se sabe bem a partir de qual das três formas teria o autor iniciado a análise; funcionalismo paradoxal que surge do todo e das partes ao mesmo tempo, sem se esquecer de outros elementos, como o histórico, o ecológico, o psicológico.

Nesse opúsculo aparece uma nova fonte de estudo sociológico: os anúncios de jornais. Pois "Os anúncios de jornais da época estão cheios de referências a escravos pretos e pardos notáveis pelas suas 'prêndas'." (*Vida Social...*, p. 93). Fonte que o autor estenderia, em *Casa-Grande & Senzala*, à literatura: Eça de Queirós, Violante do Céu, Afrânio Peixoto, José Lins do Rego, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, José Américo de Almeida, Manuel Calado. E Bernardo Guimarães, além de Machado de Assis, no artigo "Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil", também precursor de *Casa-Grande & Senzala*, obra que parece desdobrar-se a partir de um novelo que, quanto mais se desenrola, tanto mais fio parece ter. E aqui surge-nos a idéia do crítico que afirmou ser Bach pobre de imaginação, porque é muito repetitivo nos temas; ao que outro crítico respondeu ser exatamente o contrário: Bach soube encontrar em poucos temas o que outros só encontraram em muitos. Assim Gilberto Freyre.

Sobrados e Mucambos não continua *Casa-Grande & Senzala* apenas no uso da literatura como fonte sociológica, com Joaquim Manuel de Macedo e Aluísio Azevedo. Aqui temos o desenvolvimento daquela classe intermédia, que não era o escravo nem era o cidadão, a qual ascende socialmente nas figuras do bacharel e do mulato. A inferioridade social da mulher, de que é exemplo o "costume, ainda muito brasileiro, muito do interior e dos sertões, de não aparecerem as mulheres e os meninos aos estranhos" (*Casa-Grande & Senzala*, p. 161), influência dos índios e dos mouros, explica sua dependência do homem e separação estrita dele: "Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar." (*Sobrados e Mucambos*, p. 93). Situação que persiste nos dias de hoje, na formação moral e sexual dos descendentes: os filhos homens podem ter todas as liberdades sexuais com as filhas dos outros, porém a "nossas" filhas isso não é permitido — devem casar-se virgens. E a empregada doméstica, de que já se disse ser a substituta da escrava de trabalho caseiro, ainda é, não raras vezes, a iniciadora sexual e objeto de gozo físico do filho (não tão frequentemente a da própria casa, mas as das outras — espécie de sistema exogâmico).

Em *Ordem e Progresso* volta o tema do desamor ao trabalho manual, já presente em *Casa-Grande & Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*, como responsável pela ausência de trabalhos práticos nas es-

colas de Medicina, de Engenharia, de Agronomia. Pois "chegara a ser dogma na Bahia a idéia de não ser próprio do brasileiro livre trabalhar senão no exercício das artes liberais; e esse dogma, longe de ter sido apenas baiano, se estendera a quase todo o Império, sofrendo refração apenas naquelas subáreas do território nacional dominadas pela presença de colonos suíços e alemães." (*Ordem e Progresso*, t. 1, p. 326). É também a unidade nacional, não mais em torno do sistema escravocrático, mas do feito de Santos Dumont, que teria de alguma forma dignificado a República, assim como o fato de ter o Brasil ganhado a Copa do Mundo em 1970 representou, aos olhos do povo, unido sentimentalmente em redor da façanha, a valorização e legitimação da "nova linha autocrática".

Casa-Grande & Senzala é um manancial de onde brotam outros livros de Gilberto Freyre: *O Velho Felix e suas Memórias de um Cavalcânti*, *Assombrações do Recife Velho*, *Açúcar*, *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*, *A Casa Brasileira*, quase todos, senão todos os seus livros. Pois *Problemas Brasileiros de Antropologia*, como tantos outros, é a retomada em profundidade de assuntos já sugeridos em *Casa-Grande & Senzala*; *Sociologia* é a explicação, em bases pedagógicas, dos princípios que o nortearam naquele e em outros ensaios. Pode-se dizer, portanto, que a obra de Gilberto Freyre é uma estrutura funcional: cada livro conduz à obra global. Obra que é o próprio Brasil, por isso que não faltou razão a Monteiro Lobato quando disse que "O Brasil futuro não vai ser o que os velhos historiadores disseram e os de hoje ainda repetem. VAI SER O QUE GILBERTO FREYRE DISSER." (*Casa-Grande & Senzala*, capa posterior). Ou melhor, como Monteiro Lobato diria hoje: o Brasil não vai ser o que Gilberto Freyre disse — está sendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973.
- 2 — ——— — *Assombrações do Recife velho*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1970.
- 3 — ——— — *Brasis, Brasil e Brasília*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- 4 — ——— — *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.
- 5 — ——— — ——— ————. 16. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973.
- 6 — ——— — *Como e porque sou e não sou sociológico*. Brasília, Universidade de Brasília, 1968.

- 7 — FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife, Impr. Universitária, 1963.
- 8 — ——— — *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1968.
- 9 — ——— — *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1940.
- 10 — ——— — *Nordeste*. 3. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961.
- 11 — ——— — *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.
- 12 — ——— — *Ordem e progresso*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962, 2 v.
- 13 — ——— — *Problemas brasileiros de antropologia*. 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio/INL, 1973.
- 14 — ——— — *Quase política*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966.
- 15 — ——— — *Região e tradição*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941, [Col. documentos Brasileiros].
- 16 — ——— — *Retalhos de jornais velhos*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1964.
- 17 — ——— — *Seis conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965.
- 18 — ——— — *Sobrados e mucambos*. 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1968, 2 v.
- 19 — ——— — *Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio/INL, 1973, 2. v.
- 20 — ——— — *O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcânti"*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1959.
- 21 — ——— — *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife, IJNPS, 1964.